



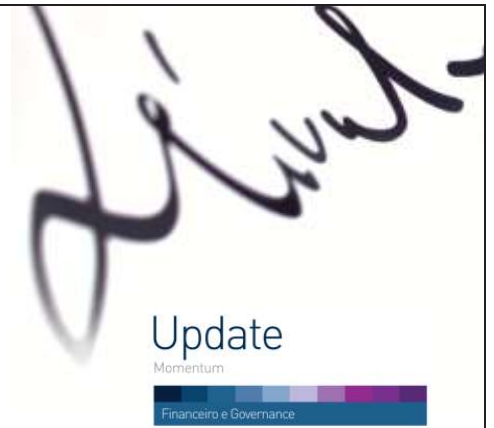
18 de setembro de 2015

O NOVO REGIME DE EMISSÃO DO IDENTIFICADOR ÚNICO DE CONTRAPARTES EM TRANSAÇÕES FINANCEIRAS (“*LEGAL ENTITY IDENTIFIER*”)

No passado dia 17 de setembro de 2015, foi publicado no Diário da República o Decreto-Lei n.º 202/2015, que veio atribuir ao Instituto de Registos e Notariado, I.P. (“IRN, I.P.”) a responsabilidade pela tramitação do processo de emissão, renovação e portabilidade do identificador único a atribuir às entidades legais participantes em transações financeiras (“*Legal Entity Identifier*” ou “LEI”).

Tal identificador resulta de uma recomendação do G20 dirigida ao Conselho de Estabilidade Financeira e visa permitir a identificação de forma normalizada e a nível internacional, de entidades legais que participem em transações financeiras, designadamente como contrapartes, e revistam qualquer uma das seguintes modalidades:

- a) Entidades sujeitas a registo comercial com sede em Portugal;
- b) Entidades sujeitas a inscrição no ficheiro central de pessoas coletivas, com sede em Portugal;
- c) Fundos cuja sociedade gestora ou outro representante legal estejam sediados em Portugal;
- d) Outras entidades não previstas nas alíneas anteriores, designadamente sociedades com sede no estrangeiro, legal ou regularmente obrigadas à utilização do identificador LEI, nos termos a autorizar por portaria do membro do governo responsável pela área da justiça.



O *Legal Entity Identifier* será constituído por um código alfanumérico de 20 dígitos, obedecendo a uma estrutura internacionalmente definida e coordenada pelo Regulatory Oversight Committee (ROC) do Global Legal Entity Identifier System (GLEIS). Por seu turno, o código de cada entidade ficará associado um conjunto de informações respeitantes à identificação da entidade (denominação, NIPC e sede) e à situação do LEI (data de atribuição, data da última atualização e data de validade).

O serviço LEI prestado em Portugal pelo IRN, I.P. será disponibilizado no sítio da internet deste instituto (<http://www.irn.mj.pt>) no qual deverá igualmente constar o conjunto de informações associadas ao código LEI, com base na informação constante no registo comercial e noutras bases de dados ou fontes de informação a definir por Portaria do membro do governo responsável pela área da justiça.

A emissão, renovação ou portabilidade do LEI deverá ser efetuada através do sítio da internet do IRN, I.P., presencialmente ou por correio, em formulário próprio a aprovar por despacho do presidente do conselho diretivo deste instituto.

O diploma entrará em vigor no dia 1 de outubro de 2015.

Verónica Fernández
vf@servulo.com

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

A presente publicação da Sérvulo & Associados tem fins exclusivamente informativos. O seu conteúdo não constitui aconselhamento jurídico nem implica a existência de relação entre advogado cliente. A reprodução total ou parcial do conteúdo depende da autorização expressa da Sérvulo & Associados.

Rua Garrett, n.º 64 1200-204 Lisboa - Portugal Tel: (+351) 21 093 30 00 Fax: (+351) 21 093 30 01/02
geral@servulo.com www.servulo.com